



CÂMARA DOS DEPUTADOS

RECURSO Nº , DE 2017

(Do Sr. Deputado **Vinícius Carvalho** e outros)

Contra a apreciação conclusiva do Projeto de Lei nº 2.546, de 2015.

Senhor Presidente,

Os Deputados abaixo-assinados, com amparo no art. 58, § 2º, I, da Constituição Federal e com base no art. 133 combinados com o art. 58, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, recorrem ao Plenário contra a apreciação conclusiva do PL nº 2.546/2015, que “Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para permitir que as Universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional”, nos termos do Art. 132, § 2º do RICD.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto foi distribuído às Comissões de Educação e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 do RICD) – Art. 24, II.

A proposição em análise parte da premissa que o Estado Brasileiro tem como objetivo compreender a necessidade de que a formação do graduado tenha uma correlação com o mercado de trabalho no país e suas peculiaridades. Nesse sentido, nada melhor do que permitir que as Universidades tenham como parceiras na elaboração de seus currículos os Conselhos de Fiscalização Profissional, uma vez que tais autarquias conhecem com mais profundidade as necessidades que serão enfrentadas pelos profissionais que ingressam no mercado. Trata-se de uma parceria que poderá enriquecer os currículos das Faculdades, permitindo uma formação mais completa do profissional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 12/07/2017, o Projeto foi rejeitado na Comissão de Educação sob a argumentação de que limitaria a autonomia universitária.

Os signatários deste Recurso consideram oportuno e conveniente o exame do Projeto pelo Plenário para que haja a oportunidade de um amplo debate a respeito da temática sobretudo num momento em que o país vive profunda crise no mercado de trabalho onde o nível de desemprego chega a níveis alarmantes.

Sala das Sessões, em de agosto de 2017.

**Deputado Vinícius Carvalho
PRB/SP**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Recurso contra a apreciação conclusiva do PL nº 2.546/2015, que “Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para permitir que as Universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional”.

	Deputado	Gabinete	Assinatura
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Recurso contra a apreciação conclusiva do PL nº 2.546/2015, que “Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para permitir que as Universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional”.

	Deputado	Gabinete	Assinatura
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			
31			
32			
33			
34			
35			
36			
37			
38			
39			
40			
41			



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Recurso contra a apreciação conclusiva do PL nº 2.546/2015, que “Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para permitir que as Universidades possam fixar seus currículos com o auxílio dos Conselhos de Fiscalização Profissional”.

	Deputado	Gabinete	Assinatura
42			
43			
44			
45			
46			
47			
48			
49			
50			
51			
52			
53			
54			
55			
56			
57			
58			
59			
60			